



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Requerimento
(Dep. Cap. Alberto Neto)

Requeiro à realização de Audiência Pública para apresentar e debater o gás natural do estado do Amazonas – Dificuldades e possibilidades para a produção, escoamento e consumo.

Requeiro nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados à realização de Audiência Pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA para à realização de Audiência Pública para apresentar e debater o gás natural do estado do Amazonas – Dificuldades e possibilidades para a produção, escoamento e consumo.

Justificativa

Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em audiência na comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados em 26/06/2019 citou a recente Resolução nº16, de 24 de junho de 2019 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que estabelece as diretrizes para e aperfeiçoamentos voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural. Nessa ocasião, ele mencionou a otimização da indústria, citando o gás do pré-sal e dos recém-descobertos reservatórios de Sergipe-Alagoas. Indicou ainda que o Brasil inverte a lógica mundial ao produzir 80% do gás no mar, enquanto o mundo todo produz a maioria do gás de reservatórios em terra. Isso chama mais atenção ainda quando se sabe que o estado do Amazonas possui a maior reserva provada de gás em área terrestre no Brasil, com reservatórios descobertos e aguardando produção há mais de 40 anos. A política energética brasileira, desde o fim do monopólio da Petrobras em 1997, tem como meta o desenvolvimento regional, o que infelizmente ainda não é realidade com a produção no nosso Estado e na região norte do Brasil.

A riqueza da nossa floresta é o nosso maior bem que só tem valor de pé, norteando a vida do nosso povo e nossa cultura. Mas dormimos em cima de uma mina de ouro na forma de reservatórios de gás que estão lá e podem mudar a vida do nosso povo e da nossa região. Temos então aqui uma atividade que é segura e compatível com a proteção do nosso maior bem, nossa floresta, e com o potencial de suportar o desenvolvimento do interior, criar empregos e desenvolver o estado na ampliação de estruturas produtivas, de comércio, de transporte, saúde, educação e segurança.

Dadas às especificidades do Estado e o potencial de desenvolvimento regional que a produção de gás natural pode ocasionar no interior do Amazonas, há a necessidade de que o estado possa ser incluído do rol de províncias produtivas brasileiras. Com o gás natural temos o potencial de diminuir a necessidade do diesel que hoje é caro, polui mais e é importado. Podemos também criar condições para a oferta local de um gás mais barato para a população que hoje é refém de um alto custo dos botijões de gás e da energia elétrica, que só aumentam a cada ano. Podemos também atrair empresas para a Zona Franca de Manaus ao ofertar energia barata, virar um exportador de gás natural na forma liquefeita ou produzir energia elétrica para suprir outros pontos do país. As possibilidades são muitas, mas o estado do Amazonas tem que ser incluído no escopo de investimento, os custos têm que ser otimizados para atrair as empresas e as dificuldades têm que ser ditas, compreendidas e atacadas.

A real segurança só é alcançada pela oferta de emprego e educação de qualidade, acesso à serviços de saúde e informação. Para tudo isso é necessário dinheiro que um país em crise por vários anos infelizmente não tem. Entretanto, tudo isso pode ser suportado pela instalação de atividades econômicas como da indústria do gás natural, que pagam royalties, impostos e levam o desenvolvimento para o interior. Além disso, somente com energia barata e um mercado competitivo poderemos colocar a Zona Franca no patamar que ela realmente merece. Assim, estamos aqui hoje para apoiar o processo que ajudará o Estado do Amazonas a avançar e ser referência de produção de gás de forma sustentável, trazendo o avanço que o nosso povo tanto precisa.

Para tanto, faz-se necessária a Audiência Pública supracitada que visa apresentar e debater o gás natural do estado do Amazonas – Dificuldades e possibilidades para a produção, escoamento e consumo.

- 1) Gilberto Hosokawa - Gerente Geral de Operações de Exploração e Produção da Amazônia (UO-AM)
- 2) Maurício Bähr - Presidente da Engie do Brasil
- 3) Antonio Rubens Silva Silvino - Presidente da Transpetro
- 4) Vladmir Lyakhovich - Diretor-geral da Rosneft do Brasil
- 5) Pedro Zinner - Diretor-presidente e diretor de relações com investidores

- 6) Bruno Eustáquio de Carvalho - Secretário-executivo adjunto do Ministério de Minas e Energia (MME)
- 7) Décio Fabrício Oddone da Costa - Diretor-Geral da ANP
- 8) Jório de Albuquerque Veiga Filho - Secretário de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
- 9) René Levy Aguiar - CIGAS/Diretor-Presidente

Desta forma, solicito o apoio dos demais membros desta Casa e, em especial da Região Amazônica no sentido da aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 01 de julho de 2019.

Capitão Alberto Neto
Deputado Federal PRB-AM